

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO.

Consultor: RAFAEL DOS SANTOS FERNANDES SALES

**Entidade: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública –
Pesquisa Nacional de Vitimização.**

Projeto: PNUD BRA/04/029 – Segurança Cidadã

Produto: Relatório Final: Consolidação de todos os relatórios parciais apontando as lições aprendidas e sugestões para o desenvolvimento da próxima Pesquisa Nacional de Vitimização, assim como seu monitoramento.

Autenticação Consultor

BRASILIA, 06 de junho de 2011.

SUMÁRIO

Introdução.....	3
PARTE I - Escopo Geral do Projeto e Método de gestão	4
a) Escopo, população e amostra da PNV	4
b) Metodologia da Pesquisa	5
c) Gestão da Pesquisa	6
d) A relação da Senasp, Empresa Contratada/Crisp e Pnud.	13
e) Metodologia de Acompanhamento por meio de consultores contratados	14
f) Os conflitos e suas conseqüências - A suspensão do monitoramento dos Consultores.....	17
PARTE II - Avaliação do Processo	18
a) Acompanhamento dos Treinamentos	18
b) Problemas decorrentes de uma capacitação deficiente.....	23
c) Avaliação do Instrumento.....	25
d) Principais falhas dos entrevistadores.....	32
e) Dificuldades Gerais do Campo.....	34
f) Dificuldades em encontrar as pessoas	35
g) Dificuldades do entrevistado	36
h) Privacidade	37
i) Habilidades do Pesquisador(a)	38
PARTE III - Considerações Finais	42
PARTE IV – ARTIGO: Aspectos técnicos e metodológicos vivenciados na I Pesquisa Nacional de Vitimização: breves reflexões.....	44
Introdução.....	44
Informação e políticas públicas de segurança	44
A aprendizagem da PNV	46
a) <i>Capacitação</i>	46
b) <i>Habilidades e dificuldades dos(as) pesquisadores(as)</i>	49
c) <i>Dificuldades dos entrevistados</i>	52
d) <i>Dificuldades gerais do campo</i>	53
Considerações Finais.....	55
Referências Bibliográficas	57

Introdução

O presente relatório contextualiza e avalia aspectos da 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização, com base no monitoramento de campo realizado pelo Consultor Rafael dos Santos entre os meses de junho e novembro de 2010. Ao todo, foram realizados 79 acompanhamento presenciais de entrevistas (realizadas por 22 pesquisadores distintos), conforme tabela a seguir:

UF	CIDADE	Nº ENTREVISTAS
Ceará	<i>Fortaleza</i>	3
	<i>Icó</i>	3
	<i>Itapipoca</i>	2
	<i>Mombaça</i>	2
	Total	10
Maranhão	<i>Imperatriz</i>	3
	<i>Paço do Lumiar</i>	1
	<i>Raposa</i>	6
	<i>São José de Ribamar</i>	3
	<i>São Luis</i>	1
	<i>São Luís</i>	8
	Total	22
Pernambuco	<i>Arcoverde</i>	4
	<i>Belo Jardim</i>	2
	<i>Carpina</i>	1
	<i>Goiana</i>	4
	<i>Limoeiro</i>	3
	<i>Ouricuri</i>	1
	<i>Recife</i>	8
	Total	23
Piauí	<i>Parnaíba</i>	3
	<i>Teresina</i>	6
	Total	9
Rio Grande do Norte	<i>Entremoz</i>	3
	<i>Mossoró</i>	2
	<i>Natal</i>	10
	Total	15
TOTAL		79

PARTE I - Escopo Geral do Projeto e Método de gestão

Essa sessão se dedica a remontar e avaliar o processo da 1ª Pesquisa de Vitimização, a partir do momento em que inicia a participação dos Consultores.

Inicialmente, é importante dizer que o desenho amostral, os questionários (e seu pré-teste) e toda a metodologia, em termos gerais, foram definidos antes da atuação dos Consultores, pela Senasp. Somente após isso foram contratados os Consultores para executar o monitoramento da realização da Pesquisa em todo o país, tanto *in loco*, quanto via telefone.

Tratou-se, portanto, de uma consultoria especializada¹ para acompanhar e verificar a execução da pesquisa, com foco na redução das chances de ocorrência de vieses na coleta dos dados que pudessem comprometer os resultados da pesquisa. Dessa maneira, o trabalho dessa equipe era de monitorar o trabalho realizado pelo Instituto Datafolha na execução da Pesquisa Nacional de Vitimização.

a) Escopo, população e amostra da PNV

A Pesquisa Nacional de Vitimização se propôs a coletar informações de 70.000 domicílios, através de questionários estruturados, aplicados em todos os estados brasileiros, nos 300 municípios com população acima de 15.000 habitantes, especificamente com pessoas com 16 anos ou mais, de ambos os sexos.

¹ Foram requisitos para investidura no cargo o seguinte: a) Possuir Graduação em Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Ciências Sociais, História, Psicologia ou Comunicação Social; b) Ter experiência mínima de 03 (três) anos na elaboração, implantação e monitoramento de Políticas Públicas; e c) Experiência mínima de 03 (três) anos na realização de pesquisa quantitativa, preferencialmente na área da segurança pública.

b) Metodologia da Pesquisa

A PNV foi uma pesquisa domiciliar, com questionários administrados por pesquisadores (as) em relações face a face nas residências sorteadas, segundo a metodologia estabelecida.

Ela utilizou dois tipos de questionários². Um deles, elaborado pela Senasp, foi aplicado 66.500 domicílios. O segundo, de caráter internacional (no intuito de permitir comparações internacionais), foi a tradução e adaptação de uma das versões dos questionários³ do UNICRI⁴, e foi aplicado em 3.500 domicílios.

As questões do primeiro questionário consideraram eventos acontecidos no último ano. O segundo considerava eventos ocorridos nos últimos cinco anos.

A aplicação dos questionários envolveu três tarefas complementares:

- i. Arrolamento e sorteio de domicílios:** Devido a ausência de dados demográficos atualizados⁵ na época da realização do campo da PNV, foi necessário refazer a contagem dos domicílios existentes em cada setor censitário sorteado para, em seguida, sortear os domicílios em que seria realizadas as entrevistas. O(a) pesquisador(a) recebia um mapa do setor sorteado e realizava a contagem dos domicílios, quarteirão a quarteirão, segundo um método específico para executar o percurso no interior do setor.
- ii. Abordagem, sorteio do morador e aplicação do questionário:** Depois de determinados os domicílios através de sorteio, o(a) pesquisador(a) fazia o

² Vide anexos

³ Segue o padrão do *International Crime Victims Survey*.

⁴ *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*.

⁵ O último senso disponível era de 2000, o que implicou em setores censitários demasiadamente incompatíveis com a atualidade. A maioria dos setores censitários tem por volta de 300 domicílios, no entanto, este não é um número fixo, ele pode variar, principalmente, por conta das mudanças ocorridas nos últimos 10 anos.

primeiro contato com algum morador para então prosseguir com o sorteio do entrevistado no domicílio (com base na composição familiar). Foram utilizadas 32 tabelas diferentes aplicadas em sistema de proporção. Cada questionário esteve associado a uma dessas trinta e duas tabelas. Caso a pessoa sorteada estivesse disponível no momento e aceitasse responder ao questionário, o(a) pesquisador(a) realizaria a entrevista.

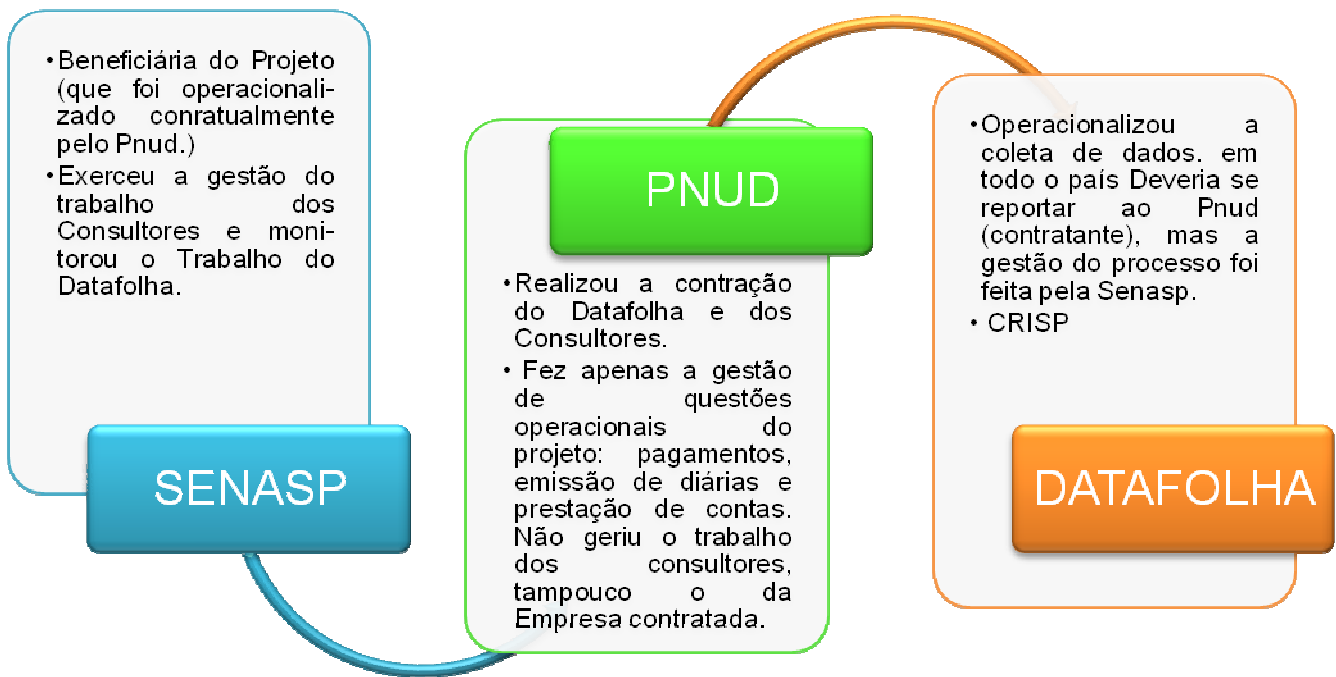
- iii. **Retornos e Substituições:** Caso a pessoa sorteada não estivesse disponível no momento, o(a) pesquisador(a) deveria realizar mais duas tentativas de aplicação em horários e dias diferentes. Se ainda assim não obtivesse sucesso, poderia proceder a substituição, segundo as orientações da Coordenação Nacional do Datafolha, em São Paulo, através do 0800 disponibilizado. Tal substituição também era possível quando a pessoa sorteada se recusava a responder ao questionário.

A **sugestão** é que para uma para uma próxima pesquisa sejam utilizados dados atualizados dos setores censitários com o objetivo de dinamizar o sorteio dos domicílios.

c) Gestão da Pesquisa

A gestão da Pesquisa Nacional de Vitimização foi exercida de maneira complexa.

Tentarei ilustrar tal complexidade graficamente:



A Senasp figurou com a beneficiária do projeto, contudo, exerceu a) o diálogo com a empresa contratada e b) a gestão do trabalho dos consultores. O Pnud viabilizou institucionalmente a contratação dos Consultores para o monitoramento externo da realização da pesquisa, assim como a contratação do Instituto Datafolha/Crisp para realização da coleta de dados em todo o país. Dessa maneira.

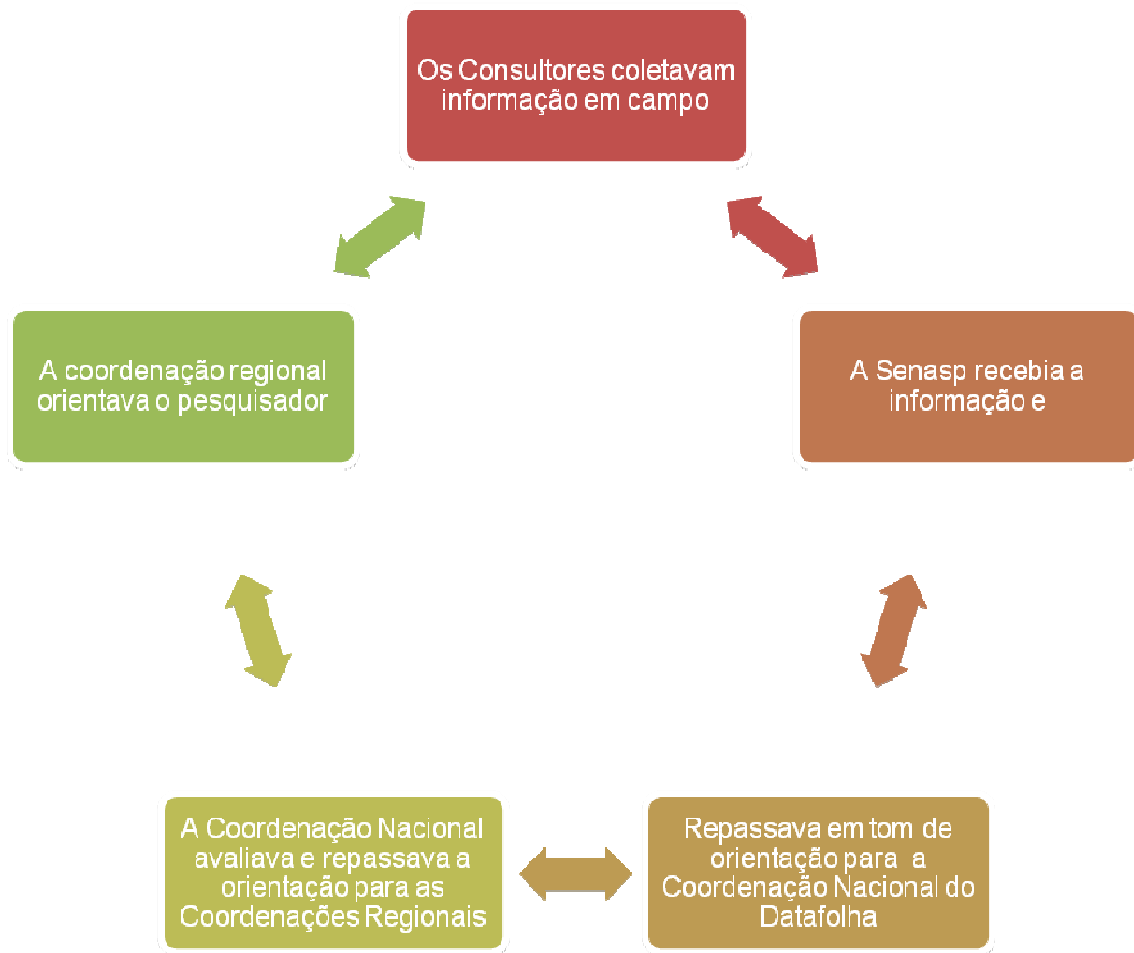
Em termos operacionais, a gestão técnica da Pesquisa coube a empresa contratada: Instituto Datafolha/Crisp. O primeiro ficaria responsável pela execução da coleta de dados, por sua *expertise* em pesquisas de campo e pela estrutura gerencial pré-estabelecida nacionalmente. Ao segundo, caberia a gestão conteudística e a garantia do rigor acadêmico em todas as fases da pesquisa: capacitação de pesquisadores, análise da consistência do questionário e, posteriormente, do banco de dados.

Ainda no âmbito da empresa contratada, existia uma hierarquia de funcionamento, que estruturava o processo de coleta de dados. Havia uma Coordenação Técnica Nacional, formada pelo Crisp e pelo Datafolha, exercendo as funções citadas anteriormente. Em um segundo nível estavam localizadas as coordenações regionais, com sedes nos estados, constituídas por coordenadores(as) regionais (somente no final

da coleta foram contratados assistentes) que gerenciavam o trabalho dos entrevistadores. Por último, havia as equipes de coleta de campo, formadas por entrevistadores(as) que faziam o arrolamento dos setores, sorteio de domicílios e pessoas e a aplicação do questionário.



Em diálogo com essa estrutura, os Consultores coletavam informações *in loco* e repassavam à Coordenação Nacional no âmbito do Ministério da Justiça. Dessa maneira, o fluxo de informações constituía o seguinte percurso:



Contudo, o processo de monitoramento por Consultores identificou diversos pontos problemáticos relacionados à gestão da pesquisa. Apresento os mais centrais a seguir:

1. Houve escassez de pesquisadores do sexo masculino durante a coleta dos dados. Isso foi mais intenso em Coordenações Regionais que eram responsáveis por mais de um estado. A **sugestão** é que na próxima pesquisa a idéia de se colocar em campo as duplas mistas de pesquisadores seja operacionalizada, com o aumento de pesquisadores do sexo masculino. Foi observado que as duplas dão agilidade ao campo.

2. Foi verificada a atuação de pesquisadores que não participaram da capacitação oficial trabalhando em campo. Estes, receberam apenas instrução dos coordenadores; A **sugestão** para a próxima pesquisa é que se tenha controle sobre o fluxo de pesquisadores durante a pesquisa, no sentido de verificar a evasão e as novas contratações, porque nestas últimas é que o treinamento é dispensado por conta das contratações em série.
3. Durante a época da coleta de dados houve choque da PNV com a realização de outras pesquisas do Datafolha, o que ocasionou a ausência de entrevistadores, inclusive no período de acompanhamento do Consultor na cidade, pactuado previamente; A **sugestão** é que se possa estipular uma remuneração mais adequada e motivadora para os pesquisadores, visto que apesar de se pagar quase o mesmo que a PNV, o tempo de aplicação era menor, por isso mais rentável para os entrevistadores.
4. Foi verificada a ausência de supervisão do trabalho dos entrevistadores: Existia apenas uma breve checagem dos questionários realizada pelo Coordenador Regional, em um primeiro momento, e em seguida a crítica do questionário pela equipe de São Paulo. Contudo, o Datafolha não tinha nenhum controle ou informação sobre o rigor na aplicação dos questionários. O trabalho em dupla facilita a coleta nos setores, mas a necessidade de fazer vários retornos a um domicílio sorteado implica em uma ajuda de custo mais adequada e desvinculada da aplicação de questionários. A **sugestão** é que se faça garantir os supervisores em

campo, para que seja feito um maior controle e também para sejam dadas orientações aos pesquisadores em caso de dúvidas.

5. Em alguns momentos houve divergência de procedimentos e informações entre Coordenações Regionais;
6. Os entrevistadores tiveram dificuldade em receber a ajuda de custo. Geralmente ela foi entregue no final do dia ou dias depois, quando se conseguia aplicar questionários. A vinculação da ajuda de custo à aplicação do questionário dificulta tal processo e é incompatível com o trabalho realizado, tendo em vista a necessidade de vários retornos ao domicílio. Recomendo a desvinculação da ajuda de custo (dos entrevistadores) da aplicação do questionário. Várias visitas são feitas ao domicílio sem sucesso na entrevista. Esses dois itens, 5 e 6, dizem respeito a questões internas da empresa contratada. É difícil que o beneficiário intervenha nessa instância. Mas a **sugestão** é que o beneficiário possa contribuir com o treinamento no objetivo de garantir que as informações sejam dadas.
7. O repasse de entrevistas (devido ao critério de sexo) entre as duplas foi problemático: O pesquisador que visita o domicílio pela 1ª vez não anota (ou não repassa) as informações mínimas sobre horário e dia mais fácil de encontrar o sorteado. Dessa maneira, após o repasse do questionário, a primeira visita é quase sempre perdida. A **sugestão** é que, no momento do preenchimento da folha de sorteio (1ª página do quest.), caso o pesquisador não possa realizar no momento (por ser de sexo diferente do sorteado), pegue dia, horários e telefone em que é mais fácil de encontrar a pessoa. Isso facilitará o agendamento da entrevista pelo seu

companheiro. Será preciso estabelecer um procedimento padrão nesses casos.

8. Aponto ainda a necessidade de supervisionar o trabalho de campo *in loco*, identificando e corrigindo os erros de aplicação e rigor na coleta.
9. Durante o mês de julho houve considerável dificuldade de ir a campo. Isso se deu, em grande medida, à realização de uma pesquisa de opinião que ocupou a absoluta maioria dos entrevistadores do Instituto Datafolha, em detrimento da coleta da PNV. Os pesquisadores passaram a semana fora de suas cidades, chegaram cansados e com várias pendências pessoais (lavar roupa, crianças, casa, dormir em um lugar que não seja o ônibus de viagem ou um péssimo hotel - que é o que a diária paga pelo Datafolha proporciona). Eles ganharam seu dinheiro da semana com a outra pesquisa, logo, a vitimização ficou em segundo plano.
10. Isso tem ocorrido também devido à remuneração praticada pelo Instituto no caso da PNV, que é inferior ao que está disponível no mercado e menos vantajosa que outras pesquisas do mesmo Instituto.
11. A Coordenação Nacional do Datafolha tentou mediar a relação do Consultor com as Coordenações Regionais. Foi necessário desconstruir a visão de oposição construída pelo Datafolha em relação ao trabalho dos Consultores. A **sugestão** para isso é que o papel dos consultores do monitoramento seja bem demarcado, no sentido de não assumir uma postura de fiscalização dos pesquisadores da empresa contratada.
12. As pessoas designadas para desempenharem a função de supervisor não receberam nenhuma instrução sobre como desempenhar a atividade.

Alguns deles chegaram, inclusive, a perguntar ao Consultor como deveriam proceder.

13. Dessa maneira, vários deles não chegam a cumprir a principal função do supervisor quando esta atividade foi pensada: criar uma ambiente de aprendizagem, com um ponto focal claro para dirimir dúvidas e complementar o treinamento dos pesquisadores; A **sugestão** é treinar adequadamente os supervisores.
14. Diversos supervisores acompanhados não sabem qual será o ganho específico dessa atividade. Alguns se queixam, inclusive, que isso diminui a produtividade deles.
15. A estratégia de alocar equipes de pesquisadores em cidades do interior dos estados parece ter funcionado bem;
16. As atividades de "supervisores" ou "checadores" só funcionam no momento da presença do Consultor.

d) A relação da Senasp, Empresa Contratada/Crisp e Pnud.

A Senasp, como beneficiária do projeto, coordenou a equipe de consultores e monitorou o trabalho da empresa contratada. Dessa maneira, a partir das informações fornecidas pelos consultores, a Senasp realizava tentativas de intervir no desempenho do Datafolha. O Crisp manteve-se ausente durante boa parte da discussão, apenas respaldando tecnicamente argumentos da empresa contratada em relação ao funcionamento da coleta de dados. O Pnud também se manteve ausente de toda essa problemática, realizando apenas procedimentos logísticos e burocráticos (pagamento de produtos, emissão de passagens e diárias, etc.). Não compareceu a diversos chamados

da Senasp para mediar os conflitos existentes e se absteve de acompanhar o processo, em grande medida.

Destaco alguns pontos relevantes dessa relação:

- A Senasp, embora representando o contratante (Pnud), tinha capacidade reduzida de intervir junto a empresa em relação aos inúmeros problemas identificados em campo pelos consultores.
- Em vários momentos a empresa sugeriu que a Senasp poderia estar tentando influenciar os resultados da pesquisa, como forma de impedir a identificação dos problemas, que envolviam desde ausência de rigor na abordagem, má remuneração de funcionários e precarização do trabalho dos pesquisadores, até o descumprimento de termos contratuais explícitos (como formação de duplas, procedimentos de substituição de domicílios, existência de estrutura local, etc).
- O relacionamento entre as partes foi de grande tensão na maioria do tempo. Isso se deveu, em grande medida, ao perfil dos interlocutores envolvidos (de ambas as partes).

e) Metodologia de Acompanhamento por meio de consultores contratados

Embora o vínculo contratual dos Consultores tenha sido estabelecido através do Pnud, eles se reportavam institucionalmente a Senasp, que orientou e coordenou todo o processo. O trabalho dos Consultores envolveu, essencialmente, o relacionamento com os pesquisadores de campo e com os coordenadores regionais do Datafolha, acompanhando o trabalho diário de ambos.

Contratualmente, as atividades dos Consultores envolviam o acompanhamento do:

- i. Treinamento dos entrevistadores, realizado pela Empresa ganhadora, tanto para os coordenadores regionais, como o oferecido na região em que realizariam o acompanhamento, com vistas para avaliar a qualidade do treinamento, o esclarecimento quanto à natureza da pesquisa, as orientações em situações de impedimento ou recusa da entrevista e o esclarecimento de dúvidas;
- ii. Do trabalho dos entrevistadores, avaliando sua experiência técnica, compreensão do conteúdo do questionário e capacidade de aplicação de entrevistas;
- iii. Da aplicação de 500 (quinhentos) questionários nos domicílios⁶ (pessoalmente, por amostragem) distribuídos por todos os municípios selecionados para a aplicação da pesquisa;
- iv. E a checagem, por meio de visitas domiciliares ou contato telefônico, a aplicação de 500 (quinhentos) questionários realizados pela Empresa ganhadora.

Em outros termos, isso significava que os Consultores deveriam, em dez meses, acompanhar, cada um, mil entrevistas (500 pessoalmente e 500 através de checagem telefônica), o que representaria um total de 10% da amostra total (7.000 entrevistas). Além disso, deveriam também acompanhar os casos excepcionais identificados no

⁶ Foi observado que tal meta era impossível de ser alcançada, inclusive devido a dinâmica de campo, que envolvia desde a contagem e domicílios até abordagem e realização de entrevistas. Disso decorre que o trabalho em si envolvia vários retornos aos domicílios, com baixa taxa de sucesso nas abordagens e conseqüente baixa produtividade. Em termos de entrevistas acompanhadas, obtive uma média de 15,8 entrevistas por mês, com um número máximo no mês de agosto (21), e mínimo em julho (8). Foi pactuado com a Senasp que essa meta não necessariamente deveria ser alcançada.

campo e relatá-los a Senasp, que os levaria à Empresa responsável pela realização da pesquisa visando a avaliar a efetiva padronização na solução destes casos. Isso implicava efetivamente em:

- i. Acompanhar os casos de substituição de setores ou domicílios, checando a efetiva necessidade de realização da substituição;
- ii. Verificar o cronograma de aplicação dos questionários, a fim de identificar se o mesmo se deu no mesmo período em todas as regiões geográficas;
- iii. Verificar a aplicação do questionário UNICRI segundo os parâmetros definidos no contrato, ou seja, 01 questionário UNICRI a cada 20 questionários da Pesquisa Nacional de Vitimização aplicados;
- iv. Participar das reuniões de acompanhamento em datas a serem definidas pela SENASP;
- v. Informar a SENASP, através de relatórios de acompanhamento periódicos, o andamento da pesquisa e informar, a qualquer tempo, quando da ocorrência de imprevistos e imponderáveis que dificultem ou impossibilitem o trabalho.

Contudo, a grande existência de problemas em relação à realização das entrevistas tornou o trabalho inicial dos Consultores em uma espécie de fiscalização do trabalho da empresa contratada. A proposta inicial de se observar aspectos que possibilitassem a construção de argumentos metodológicos que servissem de referência para outras edições da pesquisa, se transformou em um processo de descoberta de fraudes, de observação de erros realizados por pesquisadores e, com bastante frequência, na orientação e treinamento de profissionais sem preparo para a realização do trabalho. Tais erros, inclusive, eram primários em termos de metodologia de pesquisa, com possíveis influências nos resultados da pesquisa (vieses).

f) Os conflitos e suas conseqüências - A suspensão do monitoramento dos Consultores

Tais conflitos implicaram em questões importantes relacionadas ao funcionamento do monitoramento e da própria coleta de dados:

- i. A relação entre Senasp e empresa contratada ficou insustentável, em grande medida.
- ii. Como as intervenções da Senasp eram fundamentadas pelas informações dos Consultores, isso implicou em uma fragilização do trabalho do Consultor em campo: indisposição dos pesquisadores de serem acompanhados (que virou sinônimo de fiscalizados), diminuição do nível de colaboração dos coordenadores, aumento dos desencontros com pesquisadores em campo, sensação de medo por parte dos pesquisadores e coordenadores, etc.
- iii. Em alguns momentos a presença dos pesquisadores foram utilizadas pelos coordenadores para justificar demissões de pesquisadores, com falas como as seguintes: *o consultor disse tudo e cortou sua cabeça; não diga essas coisas para o Consultor senão São Paulo lhe demite, etc.*
- iv. Nesse sentido, a postura que antes era de colaboração foi substituída pela omissão de informações, pela indução de desencontros, pela ausência de resposta por email ou telefone, por descrições falaciosas do trabalho que havia sido realizado, etc.
- v. Em determinado momento, a insustentabilidade do diálogo no nível das coordenações (entre Senasp e Datafolha/Crisp) implicou na “necessidade”

de retirar os consultores de campo, tendo em vista que o seu trabalho evidenciava problemas estruturais na realização da coleta de dados.

- vi. Logo, o trabalho dos Consultores foi cancelado. Os acompanhamentos que seriam realizados em janeiro e fevereiro (que subsidiariam a produção dos Produtos 7 e 8) foi suspenso. Tal modelo de monitoramento foi substituído por reuniões mensais com empresa, que relatava os problemas que estava enfrentando e as providências que estava tomando. Dessa maneira, o monitoramento deixou de ser uma avaliação externa do processo para um relato da própria empresa sobre seu próprio trabalho, evitando assim questionamentos maiores sobre o rigor da coleta.

A **sugestão** é que o papel dos consultores do monitoramento seja bem definido e que as informações do campo repassadas ao beneficiário sejam utilizadas de maneira que não fragilizem a posição dos consultores em relação aos pesquisadores.

PARTE II - Avaliação do Processo

a) Acompanhamento dos Treinamentos

Parte do trabalho dessa consultoria dizia respeito ao acompanhamento e avaliação das capacitações realizadas pela empresa contratada junto aos pesquisadores. Acompanhei os treinamentos realizados nas cidades de São Paulo (com toda a equipe de

Consultores, Crisp e Datafolha), em Curitiba, Fortaleza, Recife e São Luis. Destaco os seguintes pontos sobre esses eventos⁷:

a) O tempo dedicado as capacitações nos estados foi insuficiente e demasiadamente resumida:

- *A parte específica sobre vitimização, em geral, foi bastante resumida em todas as capacitações acompanhadas.*
- *A capacitação nos estados compreendeu apenas exposições sobre técnicas de pesquisa de campo e sobre a metodologia da Pesquisa Nacional de Vitimização. Não houve período de exercício da aplicação do questionário (salvo São Luís, que os entrevistadores foram instruídos a aplicarem o questionário entre si. Mesmo assim, insuficiente.). Logo, o treino da aplicação do questionário foi feito na própria ida a campo, o que faz com que os erros iniciais (que deveriam ser eliminados com treinamento) sejam parte da amostra considerada⁸.*

A **sugestão** é que o tempo do treinamento seja aumentado, mas também otimizado em relação aos temas mais pertinentes da PNV. Por exemplo, é preciso trabalhar com os pesquisadores os temas de conteúdo da pesquisa (violência, crime, roubo, furto, polícias), assim como os temas sensíveis da pesquisa (Violência contra a mulher, Violência Sexual, orientação sexual, etc).

b) Com exceção da cidade de Curitiba, todas as outras cidades acompanhadas tiveram um número elevado de pessoas sem experiência em pesquisa de campo.

⁷ Demais informações, vide Produto 1.

⁸ “O tempo gasto nisso depende do escopo e da natureza do survey e da experiência relativa dos entrevistadores. Uma pesquisa domiciliar grande usando uma combinação de entrevistadores experientes e inexperientes pode normalmente exigir duas semanas de treinamento: uma semana para instrução em aulas e outra de prática de campo”. (p.266)

A **sugestão** é que se aumente o critério de exigência de experiência em pesquisa de campo para os candidatos a uma vaga de entrevistador na PNV.

- c) Salvo o treinamento de São Paulo, nenhuma das demais capacitações contou a distribuição dos cartões que serão utilizados em algumas questões do questionário. Possivelmente, de maneira proposital, para não causar uma impressão negativa nos entrevistadores. A **sugestão** é que se nivele os procedimentos nos treinamentos.
- d) De maneira geral, as capacitações nos estados funcionaram como uma proposta⁹. As capacitações aparentam ser muito mais um processo de convencimento dos entrevistadores em relação à viabilidade e lucratividade do projeto, do que um processo de formação e homogeneização/nivelamento do conhecimento. A **sugestão** talvez seja tratar logo sobre a remuneração. Essa expectativa deixa os entrevistadores ansiosos e receosos sobre o tempo dedicado, logo medem sua atenção pela inclinação a fazer ou não a pesquisa.
- e) Nesse sentido, a não explicitação de alguns elementos (cartão de respostas, mapas, fichas de arrolamento, etc) parece ter sido proposital, devido à necessidade de convencer os entrevistadores.
- f) Não foi informado aos entrevistadores que eles deveriam arcar com sua alimentação nos dois dias. Isso só foi informado na hora do almoço. Aparentemente haveria um reembolso no valor de R\$10 para os dois dias. De qualquer forma, os entrevistadores foram pegos desprevenidos em todos os estados acompanhados. A **sugestão** é de que é preciso garantir condições mínimas de trabalho aos pesquisadores, como deslocamento e alimentação.

⁹ “Os detalhes administrativos devem ser explicados logo no início. Quanto tempo durará a fase de entrevistas? Quantas horas por semana deverão trabalhar os entrevistadores? Quando serão pagos? O entrevistador preocupado com esses detalhes não conseguirá se concentrar nas minúcias do questionário”. (p.266)

- g) A concentração das questões e dúvidas na coordenação de São Paulo colocou o papel da coordenação regional em xeque várias vezes. Como isso se dá a partir de várias motivações como: treinamento insuficiente, manual pouco esclarecedor, questionário com vieses, a **sugestão** é evitar esses problemas citados.
- h) A parte de aprofundamento nos crimes ocorreu de maneira bastante pacífica. Os problemas que aparecem são decorrentes do mau entendimento do bloco anterior e dos conceitos envolvido.
- i) O conteúdo genérico e a ampla descrição das metodologias e áreas de atuação do Datafolha, o baixo foco da explanação na PNV (do final do primeiro dia em diante), somados com a ausência de pesquisadores que já tenham trabalhado para o instituto sugerem que as capacitações da PNV serviram como espaço de capacitação mais amplo e que servisse para outras pesquisas do instituto. Isso ficou mais evidente nos estados do Nordeste, sobretudo em São Luís¹⁰. Inclusive, ausência de coordenações locais nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte¹¹ reforçam essa idéia. Logo, a PNV serviu para formar profissionais que potencialmente também ajudarão a fortalecer a atuação do Datafolha nos estados em que tinha uma abrangência reduzida.
- j) Avalio a fala do consultor durante as capacitações como fundamental para viabilizar o seu acesso aos entrevistadores e ao campo. Em todas elas tentei colocar de maneira amistosa que o trabalho do Consultor dependia do trabalho do entrevistador de campo, necessariamente. Que não se tratava de uma supervisão ou auditoria, mas de trabalhos complementares de captação de dados (um quantitativo, outro qualitativo). Nesse sentido, o consultor precisou desde o

¹⁰ A coordenação regional do Maranhão também será responsável pelo estado do Piauí.

¹¹ Ambas geridas pela coordenação regional de Pernambuco.

primeiro momento “negociar” sua inserção no campo, através do convencimento e da confiança. **Sugiro** que o consultor participe dos treinamentos e que possa participar como um dos facilitadores do treinamento, para que possa criar um clima de empatia com os pesquisadoras. O tema da facilitação seria explicar os objetivos do monitoramento e abrandar os ânimos de quem esteja se sentindo desconfortável. É o momento de desmistificar o papel do consultor.

- k) O momento da capacitação é público e formal, tenso. A construção de uma proximidade com os entrevistadores precisou superar esses obstáculos, através de conversas de corredor, de uma postura amigável, de falas conciliadoras.
- l) A forma como os entrevistadores devem responder as dúvidas do entrevistado constitui um momento menos convidativo, mas de grande importância para o entrevistador em campo. Ter em seu repertório um conjunto de respostas padronizadas ajuda a homogeneizar reações que certamente se diferenciam por pessoa. Possivelmente formas mais didáticas que repassar e fixar essas questões sejam mais produtivas.
- m) Em todos os treinamentos o Datafolha tentou deixar o Consultor de fora da discussão operacional sobre remuneração.
- n) Durante as capacitações ficou evidente que os exemplos funcionam mais que explicações, sobretudo com público heterogêneos.
- o) O questionário só foi entregue no segundo dia de treinamento, possivelmente para que as dúvidas fossem reduzidas. **O questionário precisa ser bem dissecado pelos pesquisadores a fim de sanar possíveis dúvidas que surgirão em campo e poderão ser solucionadas pelo pesquisador de maneira arbitrária.**

b) Problemas decorrentes de uma capacitação deficiente

Como nos informa Babbie (1995), “o tempo gasto nisso [treinamento de pesquisadores] depende do escopo e da natureza do survey e da experiência relativa dos entrevistadores. Uma pesquisa domiciliar grande usando uma combinação de entrevistadores experientes e inexperientes pode normalmente exigir duas semanas de treinamento: uma semana para instrução em aulas e outra de prática de campo”. (p.266)

Essa certamente não foi a realidade da PNV, o que ocasionou uma série de problemas no campo:

1. Em relação aos erros de aplicação do questionário, acredito que estiveram relacionados à, por um lado, ausência de um treinamento específico na aplicação do questionário (o questionário foi apenas lido, não houve treino) e, por outro a ausência de supervisão da aplicação de questionários por parte do Datafolha. O Instituto, em suas capacitações, conforme coloco no meu Produto 1, abordou aspectos teóricos, conceituais e práticos, mas um questionário desse tamanho, considerando a amostra e a relevância da pesquisa, deveria ter um período maior de “treino” na aplicação do questionário. Não apenas uma leitura (corrida, na maioria das vezes) das questões, um treino *stricto sensu*. Esse treino tem sido feito durante a própria pesquisa e os “questionários-exercício” já estão dentro da amostra, com seus erros.
2. Diversas questões delicadas foram feitas na frente de outras pessoas: muitas vezes companheiros e filhos. Em algumas ocasiões a pergunta sobre agressão sexual foi feita na presença de criança, companheiros/as ou outras pessoas. Não houve orientação padronizada sobre como proceder nesses casos, ou pelo menos

não esteve clara para os entrevistadores do Datafolha. **É preciso garantir a privacidade dos entrevistados. Isso precisa estar explícito nas falas durante os treinamentos e no Manual do Pesquisador.**

1. Os entrevistadores tiveram bastante dificuldade em apresentar a pesquisa corretamente, o que reduzia a capacidade de conseguir a entrevista.
2. Houve dúvidas quanto à categorização do entrevistado na População Economicamente Ativa (PEA).
3. As Caixas de Passagem fora sistematicamente ignoradas.
4. Pessoas de outros estados (que se mudaram a menos de 2 anos) tiveram dificuldade de responder as perguntas pensando no novo local de moradia. Respondem, geralmente, em relação à moradia anterior. Muitas vezes suas respostas fogem do período de referência. O pesquisador precisaria estar preparado para tal situação.
5. As questões que solicitaram concordância ou não do entrevistado com algumas assertivas foram confusas e precisaram sempre ser exploradas. Quando a assertiva compreende uma negação a confusão é inevitável. Nem sempre o pesquisador esteve preparado para isso.
6. Existiram pesquisadores em campo que não passaram pela capacitação "oficial" do Datafolha. Eles recebem algumas instruções genéricas do coordenador de campo e seguem quase intuitivamente para o trabalho. Isso é muito preocupante porque diversas recomendações importantíssimas não são seguidas (ou mesmo conhecidas). Alguns não sabem o que esperar do Consultor, tampouco que precisam apresentá-lo e pedir autorização para o seu acompanhamento.

7. Um outro aspecto relevante é que o material didático entregue aos entrevistadores durante o treinamento não serviu como fonte de informação para os pesquisadores. Muitos erros são previstos no manual, mas como não há leitura, eles permanecem.
8. Boa parte dos erros cometidos pelos entrevistadores está relacionada a uma leitura não integral do texto e da frase de cada questão. Em resumo, isso tem implicado em um alto nível de improviso no momento de aplicação do questionário. Dessa maneira, cada pergunta do instrumento de pesquisa (que foi cuidadosamente pensada para medir um aspecto determinado da realidade) se transforma em questões completamente diferentes do que foi proposto e varia por entrevistador e local da coleta.
9. As opções de resposta “não sabe” / “não quer responder” / “nem sim, nem não” foram lidas com muita recorrência.
10. Uma das entrevistas realizadas em Pernambuco foi feita em um apartamento de dois estudantes de doutorado. O entrevistado morava há 20 meses na residência. Dividia o apartamento com outro estudante. Questões como renda familiar, “chefe da família”, não fizeram sentido nesse contexto. Situação orientada de maneira inconsistente.

c) Avaliação do Instrumento

Ao longo de todo o monitoramento de campo foram identificados vários problemas relacionados ao instrumento de pesquisa. Destaco a seguir os principais pontos observados, bem como algumas sugestões de correção:

1. Os comandos do questionário (“estimulada”, “leia para o entrevistado”, única/múltipla) foram ignorados por vários entrevistadores.
2. As opções de resposta “não sabe” / “não quer responder” / “nem sim, nem não” foram lidas com muita recorrência.
1. Na questão sobre renda, algumas vezes não foi informado que a pergunta se referia à renda total da casa (familiar). Alguns dos entrevistadores também citaram os valores presentes no cartão de renda, constringendo o entrevistado e inutilizando o cartão. Vários entrevistados tiveram dificuldades de se localizar no cartão de renda. Pessoas que possuem renda inferior a um salário mínimo geralmente não conseguem localizar a categoria correspondente. As pessoas não percebem/não entendem a opção “até um salário mínimo”. No cartão de renda, os valores chamam mais atenção que o texto.
3. Perguntas já respondidas indiretamente pelo entrevistado tendiam a não serem feitas. Eram consideradas como respondidas, automaticamente.
4. Houve algumas dúvidas quanto a categorização do entrevistado na População Economicamente Ativa (PEA).
5. As Caixas de Passagem foram sistematicamente ignoradas.
6. As questões que solicitaram concordância ou não do entrevistado com algumas assertivas foram confusas e precisaram sempre ser exploradas. Quando a assertiva compreendia uma negação, a confusão é inevitável.
7. Questões sobre sensação de segurança não fizeram muito sentido para entrevistados que não saíram muito à rua (aposentados, idosos, etc)
8. As questões sobre conhecimento ou não dos serviços de atendimento das polícias compreendem uma noção muito vaga de “conhecer”. No geral, resume-se à “ouvi falar” ou “não me é estranho”.

9. No bloco “Para todos”, há questões que não possuem orientação para situações em que o entrevistado não trabalha ou não tem carro. Ausência de orientação padronizada.
10. As questões ordinais (Escala Likert) com opções de resposta em número ímpar concentraram as respostas na opção do meio. Isso ocorreu nas questões com ‘ótimo’, ‘bom’, ‘regular’, ‘ruim’ ou ‘péssimo’. A opção de resposta “regular” tende a ser a preferida por entrevistados desinteressados ou que ainda não tem uma resposta definida.
11. Em alguns lugares os entrevistados consideram Disque-Denúncia e 190 a mesma coisa, mesmo quando não são. Existem duas questões diferentes referentes a isso no instrumento de pesquisa.
12. Boa parte dos erros cometidos pelos entrevistadores está relacionada a uma leitura não integral do texto e da frase de cada questão. Em resumo, isso tem implicado em um alto nível de improviso no momento de aplicação do questionário. Dessa maneira, cada pergunta do instrumento de pesquisa (que foi cuidadosamente pensada para medir um aspecto determinado da realidade) se transforma em questões completamente diferentes do que foi proposto e varia por entrevistador e local da coleta.
13. Diversos entrevistadores têm aplicado questões distintas como se fossem apenas uma: Fazem perguntas sobre fraude e estelionato / acidentes / ameaça ou agressão / discriminação / contato com a polícia como se fossem apenas uma (por bloco).
14. O termo “asfíxia” foi difícil para o entrevistador falar e para o entrevistado entender em várias ocasiões. A explicação foi improvisada pelo entrevistador.
15. O sigilo das informações tem sido mencionado muito raramente pelos entrevistadores.

16. Não é suficientemente clara para os entrevistados a diferença entre a noção de ofensa sexual e discriminação relacionada à opção sexual. Às vezes são coisas conexas, mas não equivalentes.
17. Alguns entrevistados tem tido muita dificuldade de entender a pergunta sobre compartilhamento de valores. Essa questão é sempre confusa para entrevistados de todos os perfis, mas mais ainda para pessoas idosas e com baixa instrução.
18. Em residências de estudantes, ou em casas com pessoas que estão passando temporadas, questões como renda familiar, “chefe da família”, não fizeram sentido nesse contexto.
19. As perguntas do UNICRI são melhores elaboradas. Exige menos capacidade do entrevistador em explorar questões.
20. Os comandos do UNICRI são melhores: orientam os “pulos” de blocos de questões durante a aplicação do bloco de crimes (preliminar).
21. A questão 152 é melhor aplicada no formato do questionário tipo 1.
22. Questões que constam o enunciado separado dos itens (p.ex., P27, 28, 29 e 30), geralmente tem seu conteúdo esquecido durante a leitura das opções. Os entrevistadores tendem a não repetir o enunciado ao lerem cada item. Várias vezes os entrevistados tem respondido sem lembrar de que se trata a questão. Isso tem sido observado com demasiada frequência;
23. Na questão 163, a noção de temer o acontecimento de determinados eventos está condicionada à crença ou não da pessoa na probabilidade disso acontecer. Contudo, não raro a questão tem sido compreendida como algo que o entrevistador gostaria ou não que acontecesse, e não que ele ache provável, considerando os riscos que ele acha que está sujeito;

24. O cartão 16 tem se mostrado bastante ineficiente. Via de regra, as pessoas tem respondido a questão 16 de maneira espontânea e, com muita frequência, tem tido pouca capacidade de compreender e se localizar nas categorias propostas pelo cartão;
25. A expressão “discriminação por classe social” tem tido compreensão demasiadamente limitada pelos entrevistados. O que implica na necessidade de preparo do entrevistador para esclarecer a pergunta, mas isso não tem sido observado;
26. Tem sido recorrente os pesquisadores ignorarem o comando da questão sobre transporte acerca da ‘espontaneidade’, estimulando-a.
27. Tem existido dúvidas sobre se deve considerar motocicletas como automóveis (p.ex., nas questões 143G, 181B);

Nas questões 151H e 151I tem sido recorrente a dúvida se devem ser considerados vigias que fazem rondas nas ruas ou bairros;

SUGESTÕES

1. Questões do tipo “concorda/discorda” deveriam ter cartão de respostas, para facilitar o entendimento.
2. A página 5 do questionário tipo 1 é sempre mal aplicada.
3. Bloco preliminar sobre ofensa sexual precisa de uma caixa de passagem sobre presença de outras pessoas no momento da aplicação da questão.
4. Questão sobre meios de transporte deveria considerar ordinalmente as opções de resposta.
5. Destaco a dificuldade de diversas pessoas (de perfis completamente diferentes) em responder a questão sobre orientação sexual, da forma como está posta. Sempre

implica em esclarecimentos do entrevistador (nem sempre adequados) e nem sempre é completamente compreendida. Talvez um cartão com símbolos fosse mais interessante

6. Alguns pesquisadores apontam que a utilização da palavra “sorteio” no momento de explicação da metodologia de escolha dos domicílios gera uma reação indesejada por parte dos entrevistados. Geralmente, acham que ganharam alguma coisa ou pedem brindes; É melhor usar pré-seleção.
7. Na questão 27, no item B, considero apropriada a inserção de exemplos sobre o item (fraude com cheque);
8. Com muita frequência o termo “asfixia” tem sido de difícil pronúncia pelos entrevistadores e de reduzida compreensão pelos entrevistados; O termo asfixia é bastante ininteligível, tanto para entrevistador quanto para entrevistado.
9. Sugiro que a questão sobre Ofensa Sexual (P.31) faça parte do bloco específico relacionado à questão. Sugiro também que a caixa de passagem anterior a questão faça uma ressalva sobre a necessidade de privacidade e reforce o sigilo das informações dadas;
10. Na questão 27, quando o pesquisador utilizou o termo “golpe”, ficou muito mais claro para o entrevistado;
11. As questões do tipo “concorda/discorda” exigem do pesquisador habilidade para explorá-las, ou mesmo esclarecer a pergunta. Em termos gerais, isso tem gerado bastante improviso, dos quais alguns são adequados, mas outros bastante problemáticos;
12. Ainda em relação a este tipo de questão, considero mais interessante utilizar “não concorda”, ao invés de “discorda”. Vários entrevistados tem tido dificuldade de utilizá-la. Vários deles usam a expressão “disconcordo”;

13. Na questão 14B (se saiu à praia ou parque) não fez sentido em algumas cidades do interior dos estados visitados. Sugiro que seja inseridas as expressões “açude, piscina, etc.”;
14. Na questão 163^a, sugiro que sejam inseridos os termos “namorada” e “ex-namorada”;
15. A questão 138 e 138^a possuem um formato de difícil compreensão para o entrevistador e bastante cansativo para o entrevistado. Além disso, tem havido com frequência incompreensão da diferença entre “conhecer” e “presenciar” determinados tipos de evento.
16. As questões 170 e 176 deveriam ter um número par de opções de resposta. A existência de uma opção intermediária tenta a concentrar respostas dos desinteressados, dos apressados, dos que ainda não tem opinião formada sobre o assunto.
17. Alguns pesquisadores não têm recolhido os cartões após utilizá-los. Isso, por vezes, atrapalha o entrevistado, que fica com foco no cartão e tenta responder as questões com base nele, mesmo quando não é mais necessário;
18. Em relação a questão 23, quando as questões imediatamente anteriores não são aplicadas, sua introdução não faz sentido: “algum outro objeto”;
19. As questões 19 a 26 são, com frequência, aplicadas de maneira incorreta. Em parte, o questionário favorece isso: apresenta anteriormente um cartão com período de referência relativo aos últimos 12 meses, e em seguida faz uma questão que se refere a toda a vida da pessoa (P19: “Alguma vez, alguém FURTOU o(s) seu(s) carro(s), caminhão (ões) ou caminhonete(s) ou de alguém de sua casa, isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça?” P19a: “Isso ocorreu nos últimos doze meses?”);

20. Sugestão: Questões que não se referem necessariamente aos últimos 12 meses deveria ter o período de referência explicitado (vida toda, p.ex.);
21. Em relação às questões 138 e 138^a, considero adequado inserir um filtro que capte eventos repetidos. Por exemplo, se o entrevistado presenciou a discriminação de uma pessoa conhecida esse evento será considerado duas vezes;
22. Algumas casas possuem grades que protegem o ambiente, mas que não necessariamente estão nas janelas (na porta, no terraço, p.ex.). Não existe orientação padronizada para esses casos;
23. Pergunta sobre moradia, composição familiar, renda familiar não fizeram sentido para o funcionário, que não residia na casa, tampouco fazia parte da família.
24. O pesquisador aplicou bem a questão sobre orientação sexual, que foi difícil compreensão para o entrevistado.

d) Principais falhas dos entrevistadores

Algumas falhas cometidas pelos entrevistadores são simples, outras, nem tanto. Talvez o que seja mais relevante sobre esse aspecto seja a impossibilidade de calcularmos o tamanho e o impacto do erro na amostra e nos resultados finais da pesquisa. Os pontos destacados a seguir são produto de acompanhamentos pontuais do trabalho dos entrevistadores. Contudo, a ausência de supervisores de campo na maioria do tempo nos indica que os erros persistiram até o final da coleta, em muitos casos. Logo, um erro identificado em uma entrevista específica se perpetua ao longo do tempo pode ter, com isso, seu impacto ampliado nos resultados da pesquisa, mesmo que não tenhamos como quantificá-lo com exatidão.

Adiante, alguns pontos observados:

- a) Os entrevistadores tiveram bastante dificuldade em apresentar a pesquisa corretamente. Isso impacta diretamente no número de visitas bem sucedidas aos domicílios, isto é, conseguir ou não a entrevista.
- b) Os comandos do questionário (“estimulada”, “leia para o entrevistado”, única/múltipla) foram ignorados por vários entrevistadores.
- c) A entrega da carta de apresentação e do cartão de visita não foi sistemática. Várias residências foram visitadas e não receberam esse material, que é fundamental para o sucesso da coleta.
- d) Houve desrespeito ao texto das perguntas: Leitura parcial de questões e improvisos.
- e) Houve também desrespeito a sequência de algumas questões: Algumas perguntas sequenciadas (como a sobre acidentes) foram feitas como se fossem uma única questão.
- f) Algumas questões que se referiam a pessoas conhecidas do entrevistado foram feitas como se se referissem a parentes ou familiares, o que alterava completamente a referência pessoal da questão.
- g) Foi recorrente a leitura das opções “não sabe” ou “não quis responder”, o que indicava ao entrevistado uma forma de “acelerar” a entrevista.
- h) Alguns entrevistadores marcaram respostas diferentes das respondidas pelo entrevistado.
- i) Na questão sobre renda, algumas vezes não foi informado que a pergunta se referia à renda total da casa.
- j) Perguntas já respondidas indiretamente pelo entrevistado não foram feitas ou eram consideradas respondidas automaticamente.

- k) As Caixas de Passagem foram ignoradas diversas vezes, o que dificultada o entedimento do entrevistado da continuidade das perguntas.
- l) Em todos os estados acompanhados tem sido recorrente a leitura parcial de algumas questões, bem como o improvisado em diversas perguntas.
- m) O sigilo das informações coletadas foi mencionado muito raramente pelos entrevistadores.

O perfil de pesquisador sugerido é o que primeiramente seja pesquisador de verdade, e não alguém que pode ler aplicar um questionário. É preciso se comprometer com os objetivos da PNV e assim não burlar os critérios metodológicos. Por fim, é preciso garantir que ele não cometa os erros acima citados.

e) Dificuldades Gerais do Campo

Algumas dificuldades enfrentadas são inerentes ao campo. Gostaria apenas de destacar algumas que considero importantes:

1. Houve dificuldades relacionadas ao ambiente: O som alto na vizinhança, televisão ligada, obras ao lado, etc.
2. Pessoas de outros estados (que se mudaram a menos de 2 anos) tem dificuldade de responder as perguntas pensando no novo local de moradia. Respondem, geralmente, em relação à moradia anterior. Muitas vezes suas respostas fogem do período de referência.

3. Em vários locais as condições ambientais não favoreceram o andamento da coleta. Tanto chuva quanto calor intenso reduziram sobremaneira o sucesso do trabalho de campo.
4. Setores residenciais de classe média alta são geralmente mais inacessíveis, o que exige quase sempre muita habilidade do pesquisador.
5. Em alguns lugares foi difícil entrevistar homens em horários e dias comerciais, sobretudo os mais jovens.
6. O Datafolha foi constantemente confundido com o IBGE, devido ao colete azul que ambos usavam. Quando o entrevistador abordava o domicílio, a pessoa respondia logo: “vocês já vieram aqui”.
7. O deslocamento de ônibus na cidade e a distância entre clusters, e entre a casa do entrevistador e o cluster no qual ele irá trabalhar dificulta muito um eventual "aumento na produtividade". Não é possível fazer muitas entrevistas no mesmo turno/local.

f) Dificuldades em encontrar as pessoas

Outras dificuldades do campo estão relacionadas tanto ao campo quanto as características de uma pesquisa domiciliar, sendo intensificada por tipos diferenciados de entrevistados. A seguir, alguns pontos importantes:

1. Sorteados que fazem parte da população economicamente ativa são dificilmente encontrados em horários e dias comerciais. O horário em que geralmente estão disponíveis (a noite, durante a semana), em alguns bairros, implica em risco para o entrevistador.

2. Os sorteados geralmente estão mais disponíveis durante o final de semana, o que gera uma grande concentração de entrevistas no período.
3. Como previsto, os pesquisadores tiveram dificuldade em acessar condomínios fechados.
4. Levando em consideração a dificuldade de acessar alguns condomínios, sobretudo os mais luxuosos, seria de grande ajudar gerar uma comunicação sobre a PNV para os principais sites, cooperativas e sindicatos relacionados a síndicos e condomínios. Esses grupos são organizados e possuem uma boa comunicação interna, o que, possivelmente, poderia ser usado divulgar a realização da pesquisa e conseguir mais acessos aos condomínios.
5. Pensando em favorecer a obtenção da entrevista em menos visitas, recomendo que, no momento do preenchimento da folha de sorteio (1ª página do quest.), caso o pesquisador não possa realizar no momento (por ser de sexo diferente do sorteado), pegue dia, horários e telefone em que é mais fácil de encontrar a pessoa. Isso facilitará o agendamento da entrevista pelo seu companheiro. Será preciso estabelecer um procedimento padrão nesses casos.

g) Dificuldades do entrevistado

Parte da qualidade da entrevista, conforme observado, está relacionada à características da pessoa a ser entrevistada. Relato a seguir alguns aspectos identificados em campo em relação ao tema;

1. Vários entrevistados tiveram dificuldades de se localizar no cartão de renda. Pessoas que possuem renda inferior a um salário mínimo geralmente não

conseguem localizar a categoria correspondente. As pessoas não percebem/não entendem a opção “até um salário mínimo”.

2. Na questão 33 (do questionário tipo 1), ao perguntar se o entrevistado costumava ver policiais (tanto na questão sobre policiais civis, quanto militares) na vizinhança, o entrevistado perguntou: “trabalhando ou morando?”. O entrevistador teve dificuldade em dirimir a dúvida.
3. O termo “asfixia” foi difícil para o entrevistador falar e para o entrevistado entender em várias ocasiões. A explicação foi improvisada pelo entrevistador.
4. Alguns entrevistados tem tido muita dificuldade de entender a pergunta sobre compartilhamento de valores. Essa questão é sempre confusa para entrevistados de todos os perfis, mas mais ainda para pessoas idosas e com baixa instrução.

h) Privacidade

Alguns dos problemas centrais identificados durante o monitoramento da PNV se referem à privacidade no momento de aplicação dos questionários. Tal quesito é de demasiada relevância tendo em vista que parte das questões exploradas no instrumento são de foro íntimo das pessoas, muitas vezes de conhecimento restrito de outros familiares e que envolvem vergonha ou constrangimento pessoal. Nesse sentido, destaco alguns pontos relevantes observados:

- a) A curiosidade de outros moradores do domicílio ou mesmo de vizinhos dificultam uma aplicação individual do questionário. Diversas questões

delicadas foram feitas na frente de outras pessoas: muitas vezes companheiros e filhos. Em algumas ocasiões a pergunta sobre agressão sexual foi feita na presença de criança, companheiros/as ou outras pessoas. Não havia orientação padronizada sobre como proceder nesses casos, ou pelo menos não estava clara para os entrevistadores do Datafolha.

- b) Houve dificuldades relacionadas ao ambiente: O som alto na vizinhança, televisão ligada, obras ao lado, etc.
- c) Em termos gerais, grande parte dos questionários foi aplicada na presença de outras pessoas (parentes, vizinhos, amigos, etc). Em vários momentos foi possível observar interferências de pessoas nas respostas dos entrevistados, bem como a realização de perguntas que exigem privacidade na frente de outras pessoas.
- d) Os entrevistadores não tem tido capacidade de intervir nas interferências de parentes e amigos. Muito raramente as entrevistas são realizadas individualmente. Os pesquisadores não estão preparados para solicitar privacidade e garantir uma entrevista individual, sem interferências ou acompanhamentos de familiares e vizinhos;

i) Habilidades do Pesquisador(a)

Alguns aspectos fundamentais da obtenção ou na da entrevista, assim como na sua aplicação de maneira adequada, exigem do pesquisador determinadas habilidades. Isso é ainda mais relevante quando o treinamento é demasiadamente curto e superficial, o que implica em maiores habilidades do pesquisador. Contudo, defini-las de maneira

genérica é pouco tátil. A seguir relato alguns aspectos observados e considero relevantes:

- a) Várias pessoas perguntavam se a pesquisa é sobre política (intenção de voto) e tem se recusado de antemão a responder. Somente quando se explica o teor da pesquisa é que se propõem a responder. Isso exige uma capacidade de argumentação e convencimento do entrevistador.
- b) Pessoas de outros estados (que se mudaram a menos de 2 anos) tem dificuldade de responder as perguntas pensando no novo local de moradia. Respondem, geralmente, em relação à moradia anterior. Muitas vezes suas respostas fogem do período de referência.
- c) Em alguns lugares os entrevistados consideram Disque-Denúncia e 190 a mesma coisa, mesmo quando não são. Existem duas questões diferentes referentes a isso no instrumento de pesquisa.
- d) Boa parte dos erros cometidos pelos entrevistadores está relacionada a uma leitura não integral do texto e da frase de cada questão. Em resumo, isso tem implicado em um alto nível de improviso no momento de aplicação do questionário. Dessa maneira, cada pergunta do instrumento de pesquisa (que foi cuidadosamente pensada para medir um aspecto determinado da realidade) se transforma em questões completamente diferentes do que foi proposto e varia por entrevistador e local da coleta.
- e) Durante a primeira entrevista acompanhada em Pernambuco, na questão 152 (questionário tipo 1), o entrevistador considerou as respostas “seguro” diretamente com a intensidade “muito seguro”, sem consultar o entrevistado sobre esse aspecto. Interpretou a reação e entonação da resposta. Só fez a

pergunta sobre intensidade quando a pessoa respondia que se sentia “inseguro”.

- f) Boa parte dos entrevistadores ainda tem tido grandes dificuldades em apresentar a pesquisa. Em alguns momentos isso implica em uma baixa capacidade de convencer a pessoa a responder o questionário, mas em outros, representa risco ao entrevistador, sobretudo em locais de alta periculosidade.
- g) As perguntas do UNICRI são melhores elaboradas. Exige menos capacidade do entrevistador em de explorar questões.
- h) Alguns pesquisadores apontam que a utilização da palavra “sorteio” no momento de explicação da metodologia de escolha dos domicílios gera uma reação indesejada por parte dos entrevistados. Geralmente, acham que ganharam alguma coisa ou pedem brindes;
- i) Os pesquisadores não estão preparados para solicitar privacidade e garantir uma entrevista individual, sem interferências ou acompanhamentos de familiares e vizinhos;

A **sugestão** de habilidades do pesquisador é:

1. Saber se comunicar com desenvoltura com os vários perfis de entrevistados;
2. Saber observar o ambiente do local visitado para que não ocorram mal entendidos;
3. Saber tratar o entrevistado com respeito e atenção, tendo desenvoltura para interromper uma fala demasiada do informante, sem ser constrangedor;
4. Ter desenvoltura para solucionar os problemas que poderão ocorrer no campo, como por exemplo, enfatizar a privacidade;

5. Saber aproveitar as oportunidades da realização de uma pesquisa, mas também não forçar o informante a responder até o final, sem que ele esteja com vontade. Saber o momento em que a entrevista precisa ser interrompida.

6. No mais, o pesquisador adequado precisa não cometer, pelo menos não em demasia, os erros supracitados.

PARTE III - Considerações Finais

Certamente um dos aspectos centrais observados durante os últimos meses de pesquisa estão relacionados a falhas na gestão do campo e dos pesquisadores. Trabalho esse de responsabilidade da empresa vencedora do processo licitatório, o Instituto Datafolha.

Ficou bastante evidente que o Instituto Datafolha não exerceu adequada gestão da pesquisa. A coordenação nacional propôs (ou impôs) uma agenda de trabalho para as coordenações regionais (a mesma que nos passa). Porém, a execução dessa agenda esbarrou nas dificuldades triviais do campo: deslocamento, disponibilidade de pesquisadores, eventos imponderáveis, etc.

A Coordenação Nacional no âmbito da Senasp teve constantemente que tensionar (às vezes de forma excessiva) o processo para conseguir realizar o monitoramento de campo. A coleta foi feita com reduzido rigor, apesar das sucessivas e insistentes intervenções sobre isso.

Nesse contexto, a remuneração praticada pelo Datafolha não apenas dificultou a operacionalização do campo, mas também colocou em xeque os objetivos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Ministério da Justiça. A diária paga no interior foi incompatível com as necessidades do entrevistador. As pessoas se hospedaram em lugares de no máximo 15 reais a diária. Almoçavam e jantavam de maneira inadequada.

A Pesquisa Nacional de Vitimização constitui um imenso empreendimento nacional em termos de pesquisa, o que, por si só, já é suficientemente problemático.

Para além disso, ressalto a inadequação do estilo de gestão estabelecido tanto pela Senasp quanto pelo Datafolha., o que foi o ponto central dos conflitos institucionais.

Tais conflitos sacrificaram a continuidade do monitoramento dos Consultores, estabelecendo um processo de monitoramento pró-forma e duvidoso.

Conseqüentemente, a evidenciação dos problemas da coleta realizada foi interrompida. Esses problemas envolveram, de maneira cíclica e complementar, todas as instâncias da PNV. Dessa maneira, englobando desde os Treinamentos, a aplicação dos questionários, o próprio instrumento de pesquisa, as técnicas de abordagem até as entrevistas, etc.

Não é possível, contudo, estimar com precisão o prejuízo que tais problemas implicaram no dado propriamente coletado. Mas certamente a existência de tantos problemas evidencia a necessidade de estabelecermos processos de gestão que garantam o rigor da pesquisa em detrimento da lucratividade do projeto, assim como blindem a construção dos dados de disputas de poder.

PARTE IV – ARTIGO: Aspectos técnicos e metodológicos vivenciados na I Pesquisa Nacional de Vitimização: breves reflexões.

Rafael dos Santos Fernandes Sales

Introdução

O presente trabalho traz algumas reflexões sobre a importância da construção de dados estatísticos consistentes como forma de subsidiar de maneira mais acurada a construção de políticas públicas, tendo como foco as políticas públicas de segurança. Os argumentos elencados aqui são fruto do monitoramento realizado pelo autor durante a realização da 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização. Ao todo, foram acompanhadas (presencialmente) a realização de setenta e nove entrevistas estruturadas, realizadas por vinte e dois pesquisadores distintos, em vinte e uma cidades, de cinco estados nordestinos¹².

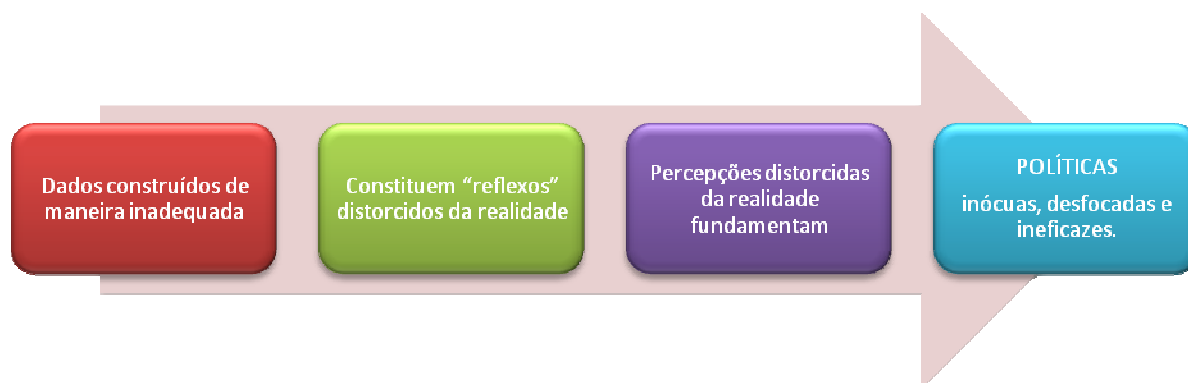
O objetivo do trabalho é realizar recomendações técnicas para próximas edições de pesquisas de vitimização, mas que certamente podem ser úteis para pesquisas domiciliares e de campo, de maneira mais ampla.

Informação e políticas públicas de segurança

Experiências bem sucedidas de redução do crime ocorridas na última década demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da segurança pública (CARNEIRO, 2007). Por outro lado, como argumenta Soares (2007), políticas públicas feitas sem

¹² Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte.

informação não passam de boas intenções e a história da humanidade está repleta de tragédias resultantes de boas intenções. Para além disso, concepções equivocadas acerca dos fenômenos sob os quais procuramos intervir podem gerar soluções inócuas, desfocadas e ineficazes.



As estatísticas oficiais de criminalidade, como nos informa Khan (2007), estão sujeitas a uma série de limites de validade e confiabilidade, sendo, muito mais um retrato do processo social de notificação de crimes do que uma fotografia fiel da ocorrência de crimes em determinado lugar. “Assim, o que os governos têm em seus registros policiais é apenas uma estimativa parcial dos crimes ocorridos, estimativa que se sabe de antemão ser subestimada”, além dos limites relacionados a possibilidade de confirmação ou não da ocorrência no interior do fluxo do sistema de justiça criminal.

É nesse escopo que se inserem as pesquisas de vitimização. Isto é, dados mais precisos visam diminuir os níveis de incerteza das nossas atuações em termos de políticas públicas. Porém, seu objetivo vai além da mensuração do percentual de sub-notificação de crimes no Brasil. Como argumenta Miranda (s/d), “o aprimoramento das técnicas de pesquisa pode ser útil na definição de perfis de vítimas, na avaliação do grau de confiabilidade nas instituições e na percepção do sentimento de insegurança, fatores que tem impacto direto na compreensão da criminalidade violenta no país”.

Nesse contexto, parte do processo de construção de políticas públicas eficazes remete ao próprio processo de construção dos dados que as fundamentam. A seguir, levanto algumas questões que podem contribuir para a realização de pesquisas de vitimização com rigor, buscando maiores níveis de fidedignidade nos dados.

A aprendizagem da PNV

Alguns aspectos relativos ao processo de desenvolvimento da pesquisa podem, em maior ou menor grau, fortalecê-la ou enfraquecê-la. Ainda que não consigamos dizer de maneira precisa o impacto de determinadas práticas ou aspectos a produção do dado final, certamente reduzir a dimensão negativa (os vieses) dessas questões constitui o objetivo central dos pesquisadores.

Alguns aspectos são relativamente simples e amplamente reconhecidos, característicos de entrevistas estruturadas e de pesquisas domiciliares, outros específicos de uma pesquisa de vitimização. De qualquer maneira, entendo que eles se estruturam de maneira relacionada no desenvolver da dinâmica do campo. Procurei categorizá-los em considerações relativas a a) Capacitação; b) Habilidades e dificuldades dos(as) pesquisadores(as); c) Dificuldades dos entrevistados; d) Dificuldades gerais do campo e e) Questões relativas ao instrumento. Tentarei abordá-los a seguir.

a) Capacitação

Durante o monitoramento da PNV ficou bastante evidente a importância das capacitações realizadas, como formas de evitar ou favorecer problemas futuros relacionado a operacionalização da pesquisa. Certamente, sua realização é problemática

na medida em que se localiza no dilema entre lucratividade (no que tange as empresas que operacionalizam a coleta), objetividade da informação repassada e efetividade da absorção do conteúdo.

O tempo gasto nisso depende do escopo e da natureza do *survey*, bem como da experiência relativa dos entrevistadores. Uma pesquisa domiciliar grande, usando uma combinação de entrevistadores experientes e inexperientes pode normalmente exigir duas semanas de treinamento: uma semana para instrução em aulas e outra de prática de campo” (Babbie: 1995. p.266). O cuidado com essa etapa visa diminuir (mesmo que parcialmente) o nível de incerteza decorrente do grande número de situações distintas e não previstas que o entrevistador irá se deparar no campo. No caso de uma pesquisa relacionada a Segurança Pública, a não previsão dessas situações podem implicar em risco para os pesquisadores, ou mesmo para os entrevistados. No que tange especificamente a pesquisas de vitimização, podem implicar no não acesso às informações que se quer obter junto às vítimas, devido a sensibilidade que várias questões podem afetar.

Treinamentos que compreendem apenas exposições sobre técnicas de pesquisa de campo e sobre a metodologia (sem treinamento com o instrumento de pesquisa) do trabalho que irá se desenvolver deixam grande margem de incompreensão sobre o instrumento que será utilizado. O questionário precisa ser trabalhado detalhadamente pelos pesquisadores a fim de sanar possíveis dúvidas que surgirão em campo e que poderão ser solucionadas pelo entrevistador de maneira arbitrária, despadronizada ou mesmo incoerente. Logo, o treino da aplicação do questionário deve ser realizado de maneira exaustiva e densa, evitando que grande parte dos erros iniciais do entrevistador sejam parte da amostra considerada.

Isso se complexifica em pesquisas com temáticas que fazem parte do imaginário cotidiano das pessoas. É preciso delimitar o uso de conceitos chave que serão trabalhados e que são geralmente significados de maneira distinta pelas pessoas que serão entrevistadas. A idéia é garantir que a medição que será feita sobre determinado aspecto seja realmente feita sobre esse aspecto, e não por variantes regionais, ou pessoais. No caso da PNV, alguns conceitos tendiam a ser considerados de maneira mais ampla do que o que se pretendia, tais como violência, crime, roubo, furto, polícias, violência e assédio sexual, orientação sexual, etc.

Outra questão relevante é que, de maneira geral, as capacitações acabam funcionando também como uma proposta, um processo de convencimento dos entrevistadores em relação à viabilidade e lucratividade do projeto, além de um processo de formação e homogeneização/nivelamento do conhecimento. Nesse contexto, é importante que os detalhes administrativos sejam explicados logo no início. “Quanto tempo durará a fase de entrevistas? Quantas horas por semana deverão trabalhar os entrevistadores? Quando serão pagos? O entrevistador preocupado com esses detalhes não conseguirá se concentrar nas minúcias do questionário”. (Babbie: ANO. p.266) Essa expectativa deixa os entrevistadores ansiosos e receosos sobre o tempo dedicado, logo, medem sua atenção pela inclinação a fazer ou não a pesquisa.

Além disso, é fundamental garantir condições mínimas de participação das pessoas (como deslocamento e alimentação) durante o treinamento, já que ainda não se constitui efetivamente em um vínculo de trabalho. Isso reduz consideravelmente a evasão durante o treinamento.

Por último, gostaria de ressaltar que a qualidade da capacitação impacta diretamente no perfil do pesquisador necessário para a realização da pesquisa. Embora a PNV tenha um questionário com alto nível de complexidade, pessoas bem treinadas o

aplicaram de maneira bastante adequada. Mesmo aquelas sem curso superior. Talvez mais importante que níveis altos de instrução formal (o que obviamente ajuda bastante), seja a realização de treinamentos que preparem o entrevistador adequadamente para o trabalho, compondo um amplo repertório de situações que o auxiliem em seu trabalho,

b) Habilidades e dificuldades dos(as) pesquisadores(as)

Alguns aspectos fundamentais da obtenção ou na da entrevista, assim como na sua aplicação de maneira adequada, exigem do pesquisador determinadas habilidades. Isso é ainda mais relevante quando o treinamento é demasiadamente curto e superficial, o que implica na necessidade de maiores habilidades (desenvolvidas individualmente) ou de capacidades diferenciadas do pesquisador. Contudo, defini-las de maneira genérica é pouco útil. Alguns pontos são relevantes sobre esse aspecto.

Primeiramente, a compreensão dos comandos do questionário (“estimulada”, “leia para o entrevistado”, única/múltipla) são de grande importância para a fluidez da entrevista, mas também para facilitar a compreensão do entrevistado, mantendo seu interesse e disposição em responder as perguntas. Os entrevistadores tendem a ignorar esses aspectos em grande medida, logo, é salutar desenvolver essa habilidade junto aos pesquisadores, como forma de facilitar seu próprio trabalho.

Outra questão que deve ser acentuada é que, com o tempo, a utilização do instrumento de pesquisa pelos entrevistadores tende a ser “flexibilizada”. Eles já conhecem as perguntas, as pausas, etc. Isso tanto pode gerar uma maior familiaridade com o questionário e, com isso, uma melhor aplicação, quanto pode aumentar o nível de improvisos e desrespeito ao instrumento. Me refiro aqui à supressão de palavras que modificam a pergunta, ao desrespeito a comandos e instruções internos do questionários

(caixas de passagem, orientações, etc), alteração da sequência de questões, agrupamento de questões parecidas, alteração da referências pessoais da pergunta (familiares por pessoas conhecidas).

Boa parte dos erros cometidos pelos entrevistadores está relacionada a uma leitura não integral do texto e da frase de cada questão. Dessa maneira, cada pergunta do instrumento de pesquisa (que foi cuidadosamente pensada para medir um aspecto determinado da realidade) se transforma em questões completamente diferentes do que foi proposto, o que tende a variar por entrevistador e local da coleta dos dados.

Também deve ser considerado que o pesquisador pode (intencionalmente ou não) dar dicas ao entrevistado de como “acelerar” a aplicação do questionário. Isso acontece geralmente quando ele lê para a pessoa as opções “não sabe” ou “não quis responder”. Tal fato implica, em termos gerais, na concentração das respostas nesses itens, enviesando assim a coleta dos dados.

Uma outra habilidade necessária ao entrevistador é a de ser capaz de identificar se o entrevistado está respondendo de maneira coerente com as perguntas realizadas. Pessoas de outros estados (que se mudaram a menos de 2 anos, mais ou menos) tem dificuldade de responder as perguntas pensando no novo local de moradia. Respondem, geralmente, em relação à moradia anterior. Muitas vezes suas respostas fogem do período de referência. Os entrevistados põem também agrupar conceitos distintos e responder com base nessa confusão conceitual. Em alguns lugares, por exemplo, as pessoas consideram Disque-Denúncia e 190 a mesma coisa, mesmo quando não o são. E nesse sempre isso foi evidente ao pesquisador, mesmo existindo duas questões diferentes referentes a isso no instrumento de pesquisa.

O mesmo pode acontecer com questões relacionadas a “sentimentos” ou “sensações” do entrevistado a determinada fato ou aspecto, que medem, no caso da

PNV, direta ou indiretamente como a percepção da segurança pública implica em comportamentos diferenciados no cotidiano das pessoas. O entrevistador pode considerar as respostas “seguro” diretamente com a intensidade “muito seguro”, sem consultar o entrevistado sobre esse aspecto, a partir da entonação com que ele responde. Ou seja, o entrevistador interpreta a reação e entonação da resposta, possibilitando distorções na resposta.

Algumas outras considerações decorrem da necessidade do entrevistador ser capaz de argumentar e convencer do entrevistador no momento da abordagem. Alguns entrevistadores tem grandes dificuldades em apresentar a pesquisa. Em alguns momentos isso implica em uma baixa capacidade de convencer a pessoa a permitir a entrada do entrevistador em sua residência para responder o questionário, mas em outros, pode representar risco ao entrevistador, sobretudo em locais de alta periculosidade. Mais ainda, a utilização da palavra “sorteio” no momento de explicação da metodologia de escolha dos domicílios, por exemplo, gera muitas vezes uma reação indesejada por parte dos entrevistados. Geralmente, acham que ganharam alguma coisa ou pedem brindes, o que pode comprometer o papel do entrevistador, ou mesmo sua estada no campo (na vizinhança, na rua, etc.).

Por último, salientar a necessidade dos pesquisadores estarem preparados para solicitar privacidade e garantir que a entrevista seja realizada individualmente, sem interferências ou acompanhamentos de familiares e vizinhos. A curiosidade de outros moradores do domicílio ou mesmo de vizinhos dificultam uma aplicação individual do questionário. Tal quesito é de demasiada relevância tendo em vista que parte das questões exploradas no instrumento específico da PNV são de foro íntimo das pessoas, muitas vezes de conhecimento restrito de outros familiares e que envolvem vergonha ou constrangimento pessoal. Acessar essas informações exige sensibilidade e descrição do

entrevistador e, por vezes, pode envolver sérios riscos tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. Sobre esse aspecto, durante a PNV foi de grande importância a decisão de que os entrevistadores aplicariam questionários apenas com pessoas do mesmo sexo que o seu (homens entrevistavam homens apenas, e mulheres entrevistavam mulheres apenas). Isso permitiu um maior acesso a informações que dificilmente seriam cedidas a pessoas de sexo distinto do entrevistado, sobretudo questões relacionadas à violência sexual.

c) Dificuldades dos entrevistados

Um dos desafios de uma pesquisa nacional é a ampla heterogeneidade dos entrevistados, sobretudo em uma pesquisa com a PNV, que se propôs a realizar 70 mil questionários em todo o Brasil. Parte da qualidade da entrevista, conforme observado, está relacionada às características da pessoa a ser entrevistada. Logo, o planejamento da pesquisa deve necessariamente considerar esses aspectos. Certamente isso pode ser resolvido com a realização de um pré-teste do questionário, mas ele dá conta apenas parcialmente do problema. Diversos pontos adicionais emergiram durante o monitoramento da PNV e que certamente são de considerável importância para outras pesquisas.

Durante a realização da coleta, vários entrevistados tiveram dificuldades de se localizar no cartão de renda. Pessoas que possuíam renda inferior a um salário mínimo geralmente não conseguiam se localizar na categoria correspondente ao seu rendimento familiar. As pessoas não percebiam/não entendiam a opção “até um salário mínimo”. Certamente isto está também relacionado à construção das opções de resposta.

Termos excessivamente formais e que não fazem parte do vocabulário cotidiano de certos grupos de pessoas são freqüentemente ininteligíveis em um primeiro momento. O termo “asfíxia” foi difícil para o entrevistador falar e para o entrevistado entender em várias ocasiões. Alguns entrevistados tiveram muita dificuldade de entender a pergunta sobre *compartilhamento de valores*. Essa questão foi sempre confusa para entrevistados de todos os perfis, mas mais ainda para pessoas idosas e com baixa instrução. O mesmo pode ser dito das questões sobre agressões sexuais, que tendiam a ser consideradas muitas vezes como assédio sexual ou mesmo ofensa verbal por questões sexuais.

Por fim, ressalto a importância de se encontrar um tempo médio adequado de aplicação do questionário. Pesquisas domiciliares interferem no cotidiano das pessoas e muitas vezes ocupam o tempo de outras atividades. Muitas pessoas não têm disponibilidade (ou interesse) de responder durante certa de uma hora uma longa bateria de questões. Pessoas mais idosas, por exemplo, tem grande dificuldade de dedicar tanto tempo a uma entrevista. Pessoas mais ocupadas se esquivam imediatamente. O que foi observado é que o interesse em responder as questões diminui consideravelmente após os primeiros trinta minutos, o que compromete a “sinceridade” ou a espontaneidade das respostas. Questões mais delicadas sobre as vítimas, nesse contexto, permanecem inacessíveis ao entrevistador, tendo em vista que exigem um acesso mais cuidadoso.

d) Dificuldades gerais do campo

Algumas dificuldades enfrentadas são inerentes ao campo. Gostaria apenas de destacar algumas que considero importantes.

Primeiramente, pesquisas domiciliares exigem o acesso à residência da pessoa entrevistada, no caso da PNV, a casas de possíveis vítimas de crimes ou violências. Isso implica na necessidade de um esforço adicional em termos de legitimação e credenciamento do entrevistador para realizar a entrevista desde o momento da abordagem. Nesse sentido, a entrega de uma carta de apresentação, do cartão de visita do entrevistador e de outras ferramentas que passem segurança para a pessoa a ser entrevistada são de muita importância. Devem ser sistemáticas e não podem ser negligenciados.

Da mesma forma, a apresentação adequada é de grande relevância. Não apenas pelos motivos tradicionais da transparência e sinceridade em relação aos objetivos da pesquisa. Mas também porque compreensões equivocadas sobre o que se trata a pesquisa são grande impeditivos da realização de entrevistas, sobretudo porque o tema remete à contravenção e a crimes diversos que a pessoa pode também ser executora. Isso pode dificultar o acesso à pessoa. Foi comum, no momento da explicação da pesquisa, as pessoas perguntarem se se tratava de fiscalização, de investigação, etc. Para além disso, em última análise, isso pode colocar em risco o próprio entrevistador.

Também em vários locais as condições ambientais não favoreceram o andamento da coleta. Tanto chuva quanto calor intenso reduzem sobremaneira o sucesso do trabalho de campo e a atividade dos entrevistadores. Da mesma forma, setores residenciais de classe média alta e condomínios de luxo¹³ são geralmente mais inacessíveis, o que exige quase sempre muita habilidade do pesquisador. Em alguns lugares foi difícil entrevistar homens da população economicamente ativa (PEA) em

¹³ Gerar uma comunicação sobre a pesquisa para os principais sites, cooperativas e sindicatos relacionados a síndicos e condomínios podem ajudar bastante. Esses grupos são organizados e possuem uma boa comunicação interna, o que, possivelmente, poderia ser usado divulgar a realização da pesquisa e conseguir mais acessos aos condomínios. Fica a sugestão para próximas edições.

horários e dias comerciais, sobretudo os mais jovens¹⁴. Além disso, existem dificuldades relacionadas ao ambiente, como som alto na vizinhança, televisão ligada na casa da pessoa entrevistada, obras ao lado, etc.

Por último, gostaria de salientar que determinados setores são de difícil acesso e podem constituir risco a pessoas estranhas ao ambiente, sobretudo quando o motivo da “visita” refere-se a questões sobre segurança pública. Vítimas locais podem ter sido vitimizadas por pessoas da mesma localidade, e tentar colher informações sobre tais eventos pode constituir grande risco para os pesquisadores. Isso exige o estabelecimento de estratégias de evasão rápida dos locais, com suporte para situações emergenciais. Situações perigosas não devem ficar a cargo da capacidade individual do pesquisador de se esquivar do risco. Algumas pessoas simplesmente ficam paralisadas em situações de perigo eminente. Outras podem reagir de forma que intensifique o risco. É de extrema importância definir um procedimento padrão para essas situações, com vista a garantir a segurança e a integridade completa das pessoas que executam a coleta.

Considerações Finais

A experiência da 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização constituiu um amplo espaço de aprendizagem em termos de metodologia e técnica de pesquisa, com características genéricas desse tipo de trabalho, mas também com elementos específicos de uma pesquisa de vitimização e de pesquisas sobre segurança pública, crime e violência.

As informações coletadas na PNV certamente serão o melhor dado nacional acerca de Segurança Pública, Crime e Violência do País, sobretudo se o compararmos

¹⁴ O horário em que geralmente estão disponíveis (à noite, durante a semana ou nos finais de semana), em alguns bairros, pode implicar em risco para o entrevistador.

com as estatísticas criminais tradicionais. Porém, a construção dessas informações foi repleta de desafios que não podem ser ignorados em edições posteriores, tanto nas edições nacionais, quanto nas iniciativas locais.

Nesse contexto, é preciso incorporar no processo de produção e implementação de políticas públicas a etapa da informação como pilar fundamental nas ações governamentais. Como dito no início, parte do processo de construção de políticas públicas eficazes remete ao próprio processo de construção dos dados que as fundamentam. Não se trata, portanto, de construir um dado qualquer apenas, mas produzir informações com rigor, com altos níveis de fidedignidade e com os menores níveis possíveis de distorção (viés) da realidade, sob pena de fundamentarmos erroneamente nossas ações públicas, nosso direcionamento de recursos em escala nacional e todos os nossos esforços em reduzir os níveis de criminalidade e violência no país.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Leandro Piquet. *Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública*. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2007.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Uma pesquisa domiciliar e nacional*. Revista Desafios. 2007. In:
<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/37/pdfs/rd37art01.pdf>
- KAHN, Tulio. *O fetiche das estatísticas criminais*. São Paulo, 2007. In:
<http://www2.forumseguranca.org.br/node/21742>
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *As pesquisas de vitimização e a formulação de políticas públicas de segurança*. In:
<http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/palestrantes/1/01.pdf>